

PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: INEVITABILIDADES E POSSIBILIDADES

Carlos Pazos Justo*

carlospazos@ilch.uminho.pt

Álvaro Iriarte Sanromán*

alvaro@ilch.uminho.pt

Numa afamada série norte-americana, dos EUA, *The Big Bang Theory*, há uma cena relativamente conhecida onde uma das personagens protagonistas, o físico Sheldon Cooper, mostra surpresa, incompreensão ou até pavor face à possibilidade de os mecenas da sua universidade entregarem fundos aos seus colegas das *Liberal Arts*, aos colegas das Letras. Apesar do evidente propósito jocoso da cena, não parece errado afirmar que neste trecho o guião da série se apoia num determinado discurso que deslegitima as Ciências Sociais e Humanas (doravante CSH) enquanto ciências; seriam, neste sentido, ciências menores ou mesmo não seriam ciência. Alguns de nós também sentimos esta menorização das CSH nesta academia ou fora dela, por exemplo quando nos questionam pelo nosso ofício; perante a resposta a conjugar “Letras” normalmente a conversa fica por aí, não suscitando maior interesse.

Menos jocosa e quiçá mais preocupantes são as informações que, com certa insistência, aparecem nos discursos públicos relativamente à pertinência dos estudos em CSH. Tudo parece indicar que o discurso dominante, por exemplo, nos media – e, por conseguinte, no espaço social – põe em questão o *valor* das CSH e, portanto, o seu papel e posição nas organizações universitárias (Wager 2015)^[1]. As dificuldades no acesso ao financiamento de investigação

* Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho) / Grupo GALABRA

1 “El gobierno japonés propone eliminar las carreras de humanidades de la universidad” (Barnés 2015) é, neste sentido, uma manchete bem elucidativa que informava da alegada proposta do ministro de educação japonês de eliminar ou reduzir os cursos de humanidades. A notícia, em verdade, pecava por um confuso alarmismo, como depois viemos a saber por meio de um colega das CSH da Universidade de Aichi. Tinha, no entanto, a aparência do possível no meio das numerosas informações e/ou opiniões a desacreditar as CSH.

ou a menor atratividade dos cursos de CSH são algumas das consequências mais notórias do mencionado. Repara-se, todavia, que a escassa adesão aos cursos das CSH não se substancia apenas num menor número de candidatos no ensino universitário. Há indícios bastantes a mostrarem uma distribuição desigual dos alunos pela oferta académica das universidades em função da sua origem social; na prática, a tendência parece ser a de os cursos das CSH – os de Letras, particularmente – terem, em geral, maior número de candidatos oriundos de famílias menos favorecidas e com percursos em etapas educativas prévias marcados por resultados mais fracos (*cf.* Machado e Curado 2006, Coelho 2011).

Contra o discurso de deslegitimação das CSH surgem tomadas de posição como a representada pela plataforma *4humanities* (<http://4humanities.org/>), cuja missão parte explicitamente de:

4Humanities is a site created by the international community of digital humanities scholars and educators to assist in advocacy for the humanities. Government and private support for the humanities—for research, teaching, preservation, and creative renewal in such fields as literature, history, languages, philosophy, classics, art history, cultural studies, libraries, and so on—are in decline. In some nations, especially since the economic recession that started in 2007, the decline has resulted in major cuts in government and university funding. Leaders of society and business stake all the future on innovative and entrepreneurial discoveries in science, engineering, biomedicine, green technology, and so on (<http://4humanities.org/mission/>).

Os autores de “The humanities matter!” caracterizam esquematicamente o tal discurso de deslegitimação das CSH com recurso aos seguintes tópicos (Terras *et al.*, 2013): a falta de pertinência económica e cultural; a falta de objetivos; a obscuridade dos trabalhos; a desconexão com o mercado laboral; a sua inviabilidade em tempos de crise. Tudo para enformar esta ideia central: as humanidades estão em crise. No mesmo documento, por certo, são assinaladas, com maior extensão e numerosas cifras, as *evidências* que mostrariam o contrário, isto é, as humanidades: são económica e culturalmente importantes; guiam-se por objetivos relevantes para as sociedades; são uma plataforma apropriada para arranjar emprego e etc.

Com certeza, alguns dos argumentos em prol das CSH que aparecem no trabalho citado são sobejamente conhecidos entre os eventuais leitores do presente artigo. Mas não por isso, entendemos, consensuais. Antes pelo con-

trário, como tentaremos evidenciar seguidamente. No conhecido *Imposturas Intelectuais*, Sokal e Bricmont (1999) fazem uma incursão interessante, e algo desapiedada, por alguns autores e textos reconhecidos no âmbito das CSH, pondo em questão um certo relativismo epistemológico e censurando más práticas científicas como, por exemplo, a tendência para o obscurantismo ou o recurso a noções e teorias das denominadas ciências exatas em função dos seus capitais simbólicos e não por outros motivos mais, digamos, científicos, como seria de esperar.

Estas práticas podem ser entendidas simplesmente como exemplos de má práxis científica, mais ou menos estendida, ou com um indício forte da interiorização do lugar secundário das CSH dentro do campo científico/académico por parte de, em geral, nós próprios. O recurso à *cientificação express* seria, neste caso, uma fuga para a frente, de incerto futuro. Lançamos, neste sentido, a seguinte pergunta: serão as humanidades digitais o próximo *El Dorado* das CSH?

Para o caso concreto dos estudos literários, colocando outro exemplo, Elias Torres desenha, em sintonia com o que estamos a dizer, um panorama em que aqueles perdem relevância em função de variadas mudanças socioculturais: como é a irrupção de novos produtos culturais com igual ou superior impacto social ou em função do que Torres Feijó denomina a quebra da Antiga Aliança entre o Estado e os estudos da literatura:

a Antiga Aliança entre o Estado e os estudos da literatura (nacional) através da escola quebrou: na actualidade, aquela principal missão que eles tinham, a de existirem com independência do que neles se dissesse, porque eram uma fórmula bem sucedida de fomentar elementos identitários e de coesão nacionais, e a secundária de formarem em determinados valores projectados em autores e textos, foi substituída. A selecção nacional de futebol ou a tv são veículos mais importantes para essa coesão e identidade, para renová-la ou activá-la se falta fizer (2012, p.1).

Face a este estado de coisas, Elias Torres deteta as que denomina *práticas defensivas*, de alguma forma a pairar em tomadas de posição como a representada por *4humanities* ou, em certa medida, Wager (2015).

Neste quadro rapidamente rascunhado, com certeza poliédrico e até polémico, que esboça a tal deslegitimação ou secundarização das CSH, procede inevitavelmente, entendemos, interrogar-nos acerca da nossa trajetória e das nossas pesquisas com reflexividade e autocrítica. Cabe, portanto, questio-

nar o nosso trabalho. Em termos, por exemplo e primeiramente, da *utilidade* (malfadada palavra!) das nossas pesquisas; equacionando sempre a utilidade em função de serviço público à comunidade ao que estamos sujeitos (Torres, 2011). Parece de todo lógico que a comunidade não esteja disposta a financiar programas de pesquisa ou mesmo estudos dos quais não recebe (ou sente não receber) lucros. Deste modo, o tópico da utilidade está diretamente vinculado à seleção dos nossos objetos de estudo – o quê estudamos e por quê – e, mais concretamente, quais as perguntas que queremos responder, sempre em função dum desígnio incontornável, que é o de produzir conhecimento novo numa lógica, como dizíamos, de serviço público à comunidade.

Se nos interrogamos sobre o quê e o por quê, não podemos deixar de perguntar-nos acerca do *como*; o *como* partindo de, pelo menos, duas perspetivas. Em primeiro lugar, como trabalhamos? Parece cada vez mais evidente que estes já não são os tempos da pesquisa individual; as desvantagens são definitivas. A começar pela própria política de financiamento que já não apenas promove o trabalho interpares, senão também inter-institucional, nacional e internacionalmente; repare-se que mesmo somos encorajados, enquanto docentes, a desenvolver projetos de ensino com parcerias além da nossa própria universidade.

Na prática, a investigação de tipo individual está em claro retrocesso no âmbito das Ciências; hoje um investigador pode fazer ciência individualmente? Em determinadas áreas, com, digamos, *maior* tradição científica, a investigação entende-se fundamentalmente como um trabalho coletivo. Este beneficia, por exemplo, das “atmosferas de pensamento e acção” (Torres 2012, p. 12); isto é, das possibilidades de decidir, partilhar ou refletir com pares sobre questões que dizem respeito ao trabalho de investigação, aos seus objetivos, objetos e métodos, fundamentalmente.

Sem sair do nosso âmbito local e tendo em conta a informação do sítio *web* do Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM) da Universidade do Minho, este teria 14 grupos de investigação assim constituídos: oito da área da Literatura; dois de Linguística; e quatro Filosofia e Cultura. Isto quer dizer que a pesquisa realizada no CEHUM está alicerçada numa lógica de grupos de investigação funcionais, com metodologias, objetos de estudo, lideranças, financiamento e etc. definidos? Muito provavelmente não.

A outra questão derivada da interrogação acerca do *como*, que agora queremos desenvolver, no âmbito das possibilidades mencionadas no título desta comunicação, prende-se com a *confiabilidade* das nossas pesquisas. O alto

grau de especialização na investigação científica atual vem frequentemente acompanhado de um alto grau de mecanização, também nas CSH. Há quem pense que isso é, ou poderia ser, uma ameaça para as ciências sociais e humanas. Longe dessa posição *neoludita*, pensamos que esta mecanização, o uso de ferramentas informáticas, não só veio alterar para melhor as metodologias científicas nas nossas áreas, mas também mostrar por que é que as humanidades devem fazer parte de qualquer visão de uma sociedade futura. As máquinas permitem-nos fundamentar, apoiar em *corpora* ou em bases de dados, as nossas intuições subjetivas (encontrando padrões, contrastando diferenças entre um número ingente de dados). Porque já não é suficiente a “intuição do linguista”, ou as “convicções do linguista” (e onde dizemos linguista leia-se também investigador em CSH).

A digitalização da nossa cultura mudou de maneira radical a natureza dos dados (textuais e não só) com que trabalhamos (também do ponto de vista da investigação em CSH), mudou a maneira como esses dados se nos apresentam ou a forma como podemos aceder aos mesmos, tornando insuficientes os métodos tradicionais de interpretação (Suárez, 2013), baseados, como dissemos, na “intuição ou nas convicções do investigador”. Muito frequentemente, estas metodologias tradicionais utilizadas, sem o recurso a provas baseadas em *corpora* ou a dados quantitativos, não nos permitem mais do que emitir meras opiniões, sem as possibilidades de qualquer exercício de falseabilidade, isto é, não nos permitem defender que estamos a fazer ciência. Com frequência ainda temos a sensação de que não sabemos ensinar os nossos jovens alunos e investigadores a distinguir entre opiniões e demonstrações, que as afirmações têm de ser demonstradas com exemplos tomados de *corpora* ou com aplicações de inquéritos. Se todos estivéssemos convictos desses benefícios, já teríamos implementado em toda a nossa oferta educativa de (de 1º, 2º e 3º ciclo) unidades curriculares, seminários ou *workshops* sobre métodos de investigação em CSH, onde os métodos quantitativos ou mistos teriam uma relevância particular. Ainda podemos encontrar, em muitos trabalhos da nossa área, a construção de exemplos *ad hoc*, a crítica impressionista que não passa de mera opinião, sem demonstrar o que se está a afirmar, a falta de generalizações ou o uso de extrapolações.

Pode parecer que o trabalho de interpretação que muitas vezes realizamos nas nossas áreas nem sempre permite a utilização de cálculos quantitativos ou de algoritmos com instruções bem definidas e sem lugar a ambiguidades. É claro que o trabalho do investigador em ciências sociais e humanas deve

ser, neste panorama, mais do que gerir dados em *corpora*, mas, antes, o trabalho de reflexão analítica a partir desses mesmos dados empíricos. E nessa análise continua a caber a introspeção, a intuição e a sensibilidade do investigador. Mas não devemos recear os benefícios que a análise quantitativa dos textos pode trazer para os estudos da cultura, para a filosofia ou para a linguística. Com estas ferramentas, as humanidades terão sucesso fazendo o que as humanidades sempre souberam fazer bem: oferecer modelos, perguntas e técnicas para discussão (Suárez, 2013).

Porque “as formas tradicionais de recuperação, [de análise], de reprodução [e de divulgação] de conhecimento são insuficientes para manter a relevância das humanidades” (Suárez, 2013, p. 13), estas ferramentas poderão ajudar a investigação em CSH a recuperar o espaço que foram perdendo durante as últimas décadas, levando as humanidades a outras áreas do conhecimento (Lucia, 2012; Baraibar, 2014). Pelo contrário, a incapacidade ou a renúncia ao uso de ferramentas informáticas na análise poderá acelerar a perda de influência das mesmas, na universidade, em particular, na sociedade em geral (López Poza, 2014). Muitas destas ferramentas são, pela primeira vez, desenhadas para ajudar a aumentar não apenas as capacidades de acumulação de informação, mas as nossas capacidades relacionais (Lucia, 2012), isto é, capacidade de relacionar informação. Se, como diz Kahneman (2013, p. 67), em *Pensar, depressa e devagar*, a criatividade é a memória associativa a funcionar excepcionalmente bem, não será que podemos pensar em *clustering* como uma ferramenta, não apenas para a análise literária ou linguística (que nos parece óbvio), mas também para a criatividade? Não, não estamos com isto a querer dizer que a criatividade possa ser reduzida a algoritmos determinísticos, como os usados nas ciências da computação. Mas o trabalho com os *big data*, em *data mining*, *clustering*, etc., podem ter aplicações práticas em muitas áreas, como a medicina, o direito, os negócios, a política, a sociologia, a história, a psicologia, a análise literária, e a vida em geral, como indica Mark Liberman, responsável por um curso intitulado “Big Data in Linguistics”.

Como já nos dizia Alberto Simões, no XV Colóquio de Outono (Universidade do Minho, 2013), há tarefas, relacionadas com questões do domínio da língua ou da cultura, que são do interesse dos informáticos, mas desinteressantes para quem trabalha nas ciências humanas e sociais e, vice-versa, tarefas do interesse destes últimos, mas pouco interessantes para os informáticos. Também é verdade que existem cada vez mais áreas em que a cooperação é útil para ambos os lados, com projetos estritamente da área das ciências

da computação, da área das ciências humanas ou projetos interdisciplinares (Simões, 2014).

Os nossos colegas das ciências da computação, nomeadamente os que trabalham com processamento da linguagem, e/ou da língua, precisam de especialistas das ciências humanas e sociais com capacidade crítica e interpretativa (onde, como dissemos, cabe a introspeção, a intuição e a sensibilidade, especialmente para a diversidade e a complexidade), especialistas que saibam ler os dados, analisar os padrões e as diferenças que se manifestam dentre um número ingente de dados, em áreas tão interessantes como por exemplo: recuperação de informação, desambiguação semântica, reconhecimento de fala, análise de redes sociais, etc.

É verdade que uma das críticas que pode ser feita a este tipo de abordagem é que se centra excessivamente nos aspetos lexicais, mas, como escreve Wierzbicka, “the semantic perspective on culture is something that cultural analysis can ill afford to ignore. The relevance of semantics is not restricted to vocabulary, but perhaps in no other area is it so clearly obvious” (1997, p. 1).

Bibliografia

- BARAIBAR, A. (2014). Las Humanidades Digitales desde sus centros y periferias. In Baraibar, A. (Ed.), *Humanidades Digitales: una aproximación transdisciplinar. Revista Janus. Estudios sobre el Siglo de Oro, Anexo 2* (pp. 7-15). A Coruña: Universidade da Coruña.
- BARNÉS, Héctor G. (2015, setembro 22). El gobierno japonés propone eliminar las carreras de humanidades de la universidad. *El Confidencial*. Consultado em março 31, 2015, em http://www.elconfidencial.com/alma-corazon-vida/2015-09-22/gobierno-japones-universidades-eliminar-humanidades_1029705/.
- COELHO, Alexandra P. (2011). As elites já não querem estudar Letras. Público, 8/05/2011. Consultado em março 31, 2016, em <http://www.publico.pt/sup-publica/jornal/as-elites-ja-nao-querem-estudar-letras-21887999>.
- KAHNEMAN, D. (2013). *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- LIBERMAN, M. (2014) LING 052: Big Data in Linguistics (Freshman Seminar). Consultado em novembro 17, 2014, em <http://www.ling.upenn.edu/courses/ling052/>
- LÓPEZ POZA, S. (2014) Presentación. In López Poza, S. & Pena Sueiro, N. (Eds), *Humanidades Digitales: desafíos, logros y perspectivas de futuro. Revista Janus. Estudios sobre el Siglo de Oro, Anexo 1* (pp. 7-9). A Coruña: Universidade da Coruña.
- LUCÍA MEGÍAS, J. M. (2012). *Elogio del texto digital. Claves para interpretar el cambio de paradigma*. Madrid: Ed. Fórcola.
- MACHADO, J. & Curado, A. P. (2006). *Percursos escolares dos estudantes da Universidade de Lisboa à entrada: um retrato sociográfico dos estudantes inscritos no 1º ano*. Lisboa,

- Reitoria da Universidade de Lisboa. Consultado em março 31, 2016, em <http://hdl.handle.net/10451/2991>.
- SIMÕES, A. (2014). Informáticos, linguistas e linguagens. In A. G. Macedo, C. Sousa, & V. Moura (Ed.), *XV Colóquio de Outono: As Humanidades e as ciências. Disjunções e Confluências* (pp. 359-370). Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho / Humus.
- SOKAL, A. & Bricmont, J. (1999). *Imposturas intelectuais*. Lisboa: Gradiva.
- SUÁREZ, J. L. (2013). El Humanista Digital. *Revista de Occidente*, 380, 5–22. Consultado em março 07, 2014, em http://www.cultureplex.ca/media/publications/JLS_El_Humanista_Digital.pdf
- TERRAS, M. et al. (2013). “The Humanities Matter!” Infographic. Consultado em março 31, 2016, em <http://4humanities.org/wp-content/uploads/2013/07/humanitiesmatter300.pdf>.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2011). Estudos literários, confiabilidade e perspectivas laborais. In João Amadeu Carvalho da Silva, José Cândido de Oliveira Martins & Miguel Gonçalves (orgs.). *Pensar a literatura no Séc. XXI*. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa. Consultado em março 31, 2016, em <http://200.137.196.58/galabra/images/stories/pdf/elias/novos/estudosliterariosconfiabilidade.pdf>.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2012). Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo [conferência]. Consultado em março 31, 2016, em [http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Tabalhos/Palestras/feijo.pdf](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Palestras/feijo.pdf).
- WAGER, J. (2015). No hay salida fácil: crisis, excelencia, valor y el futuro de las humanidades en la educación universitaria. *Literatura: teoría, historia, crítica*, 17.2: 129-148. Consultado em março 31, 2016, em <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/lthc/article/view/51280/53564>.
- WIERZBICKA, A. (1997). *Understanding Cultures through Their Key Words: English, Russian, Polish, German, and Japanese*. Oxford/New York: Oxford University Press.

Páginas web

- Centro de Estudos Humanísticos (s.d.). Consultada em novembro 30, 2015, em <http://cehilch.uminho.pt/>.
- 4Humanities. Advocating for the humanities. (2015). *4Humanities*. Consultado em novembro, 17, 2014, em <http://4humanities.org>.